



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PEDRO MANOEL AGRA DUARTE

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO RECIFE ANTIGO

Recife

2024

PEDRO MANOEL AGRA DUARTE

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO RECIFE ANTIGO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao componente curricular
Trabalho de Conclusão de Curso III do
Curso de Bacharelado em História no
Departamento de História, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE).

Orientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Duarte, Pedro Manoel Agra.

Política de preservação do Recife Antigo / Pedro Manoel Agra Duarte. -
Recife, 2024.

33p. : il.

Orientador(a): Edson Hely Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado,
2024.

Inclui referências.

1. Patrimônio histórico construído. 2. História de Pernambuco. I. Silva, Edson
Hely. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

PEDRO MANOEL AGRA DUARTE

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO RECIFE ANTIGO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao componente curricular
Trabalho de Conclusão de Curso III do
Curso de Bacharelado em História no
Departamento de História, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE).

Aprovado em: 24/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Hely Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Karlene Sayanne Ferreira Araújo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco/CAP

Prof. Ms. Allan Alves da Mata Ribeiro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco/CE

AGRADECIMENTOS

A Deus por me ter guiado para buscar a estrada do conhecimento e seguir nela, valorizando a importância da preservação das construções antigas que são as memórias, provas verídicas, dos caminhos percorridos pelo homem ao longo da sua evolução.

Ao meu filho, Pedro Nicholas, que veio ao mundo no período em que eu cursava as disciplinas do Curso de História.

Aos meus professores que contribuíram para a minha formação.

Aos meus colegas de pelo companheirismo, e, em especial ao Pe. Gleiber Dantas de Melo que se tornou um grande amigo ao longo desta jornada.

Aos funcionários do Departamento de História pela atenção e solidariedade para com os estudantes.

A professora Sílvia Cortêz Silva pelas suas orientações e discussões sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, e, desse modo agregando conteúdo a esse trabalho.

Ao secretário do Curso de Bacharelado em História da UFPE, Levi Rodrigues, pela escuta e pelos conselhos em momentos de dificuldade.

Ao meu orientador, Professor Edson Hely Silva, por me orientar nesta empreitada e pela paciência nas revisões deste trabalho.

A todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a construção desse trabalho.

RESUMO

O bairro do Recife Antigo viria a conhecer um período de pujança econômica consolidando a vocação para o comércio, mas cujos casarões também conheceriam a decadência. Assim, o século XX caracterizado por reformas e demolições em busca da modernização, mas também pela mudança do relacionamento entre os habitantes na cidade e o bairro do Recife, buscando adaptar o passado às condições da vida contemporânea. Atualmente, no bairro a diversidade da malha urbana e os estilos arquitetônicos convivendo lado a lado são o testemunho dessa trajetória, principalmente a partir da década de 1960, quando se materializou no plano de reabilitação do Bairro do Recife, prioridade do poder público para diversificar empreendimentos e promover o turismo. Nesse estudo, as políticas de preservação foram avaliadas sob a perspectiva de tempos distintos envolvendo os anos de 1986 a 1997. A construção da história lida com limites, defrontando-se com as armadilhas das memórias, com conflitos políticos criando versões que se chocam, confundindo e provocando debates.

Palavras-Chave: patrimônio histórico construído; História de Pernambuco.

ABSTRACT

The neighborhood of Recife Antigo would experience a period of economic strength, consolidating its vocation for commerce, but whose mansions would also experience decay. Thus, the 20th century was characterized by renovations and demolitions in search of modernization, but also by the change in the relationship between the inhabitants of the city and the neighborhood of Recife, seeking to adapt the past to the conditions of contemporary life. Currently, in the neighborhood, the diversity of the urban fabric and the architectural styles living side by side are testimony to this trajectory, especially since the 1960s, when it materialized in the rehabilitation plan for the Recife neighborhood, a priority for public authorities to diversify enterprises. and promote tourism. In this study, preservation policies were evaluated from the perspective of different times involving the years 1986 to 1997. The construction of history deals with limits, facing the traps of memories, with political conflicts creating versions that clash, confusing and provoking debates.

Keywords: built historical heritage; History of Pernambuco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 AS MEMÓRIAS, O PATRIMÔNIO E A CIDADE.....	16
2 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS.....	19
a) Políticas federais de preservação.....	19
b) Políticas federais de preservação.....	22
3 AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO RECIFE ANTIGO.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

As comunidades humanas transformaram-se com o passar do tempo, mas há permanências dos legados passados. Na construção de cada pessoa ou lugar, um diálogo constante entre o passado e o presente; diálogo muitas vezes silencioso, difícil de ser entendido, porém de uma importância fundamental para o conhecimento da história, povoada de gestos, símbolos, desejos, recordações, esperanças e mistérios. A cidade é, na verdade, a grande moradia dos humanos, ponto de encontros e desencontros dos sonhos e desejos, cenário principal dos tempos modernos.

O Recife tem singularidades, experiências históricas próprias, lhe conferindo-lhe uma identidade, fazendo-a diferente. Mas tem também hábitos e comportamentos, caracterizando-a como uma cidade moderna, com as dificuldades e contradições sociais. A cidade é atualmente uma grande metrópole, convivendo com a velocidade e a sofisticação das tecnologias. Nas ruas circulam milhares de automóveis apressados. Os ruídos atravessam os dias e as noites, parece que a cidade não descansa, não tem tempo para contemplar a própria imagem. Mais de dois milhões de pessoas vivem e sobrevivem, produzem riquezas, trocam experiências, vivenciam as afetividades, disputam espaços de poder e cidadania.

São muitas as diferenças entre pessoas, entre os lugares, retratando a heterogeneidade econômica e sociocultural tão presente no nosso cotidiano. Apesar de toda transformação com a modernização, muita coisa ainda resiste, há olhares presos nas imagens dos tempos de outrora, memórias temendo o futuro como uma grande e destrutiva ameaça. O humano enquanto um ser preso ao espaço e ao tempo, criou patrimônios e deles não se separa com facilidade. A própria cultura representa o homem. Ela é uma “espécie de alma” que une todos os homens.

A cidade do Recife é uma destas cidades onde as memórias pululam das sacadas dos velhos casarões. As casas, as ruas, e a ligeira brisa “soprando das bandas do Atlântico”, transportam para o passado colonial de opulência e revoluções condizente com a exaltada aristocrática tradição do “Leão do Norte”. Quem vê o Recife no presente, termina por esquecer o escondido nas memórias

das ruas mais antigas. Há espaços concentrando lembranças que as reformas urbanas não conseguem apagar, desde que não se perca de vista a história é esse diálogo constante dos tempos inventados pelos humanos. A história das cidades está inscrita na paisagem e nas ruínas, no silêncio aparente das construções mais antigas e no murmurar das testemunhas que, não somente viveram na cidade, mas quiseram conservá-la através de escritos.

O Bairro do Recife (fotos figuras 1,2 e 3), um patrimônio sociocultural arquitetônico vastíssimo esteve, então, incluído na pauta de políticas de preservação. Mas quais foram estas políticas? Como surgiram? Que rumos tomaram? Como representam os anseios sociocultural e do povo? Que outros fatores foram dinamizadores para implementação das mesmas? Portanto, é importante para o nosso estudo aliciar as relações das políticas escritas, pensadas, com a as expressões socioculturais, evitando assim uma exposição de documentos oficiais.



Figura 1- Foto de parte do Bairro do Recife Antigo na atualidade¹

¹Fonte: <https://www.aluguefoco.com.br/blog/post/bairro-recife> Acesso em: 03 ago. 2023



Figura 2 - Foto de parte do Bairro do Recife Antigo na década de 1930²



Figura 3 – Rua do Bom Jesus em 1855³

²Fonte: <http://www.tramz.com/br/re/re53.jpg>. Acesso em: 08 ago. 2023.

³Fonte: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTqk5bxsXDACym6yys75N-htbOyG6AtCRM9Og&usqp=CAU> . Acessado em: 02 out. 2023

O Recife Antigo, não foi e não é um lugar desabitado, é um nicho de pessoas vivendo, trabalhando e se divertindo, portanto, impactadas com os efeitos dessas políticas. As práticas sociais, a vida cotidiana dessas pessoas é expressas também através das edificações naquele espaço, sendo então, uma representação da identidade do povo do Recife. O objeto principal desta pesquisa foi discutir o Patrimônio, isto que também se insculpe nas construções físicas, mas também fazendo parte do acervo sociocultural do bairro.

O termo patrimônio possui significações variadas, de forma mais simples, refere-se à posse de alguém sobre um bem ou um conjunto de bens. Esta propriedade pode ser de uma pessoa ou mesmo de uma comunidade, país e até mesmo do mundo. Além da questão referente a posse, existem outras variáveis que devem ser avaliadas quanto ao patrimônio. No que se refere a Patrimônio Cultural, até o começo do século XX, relacionava-se unicamente ao patrimônio edificado, principalmente os vinculados aos chamados fatos históricos referentes a acontecimentos políticos considerados notáveis.

Para qualificarmos o conceito de patrimônio cultural, o momento em si foi substituído pelo conjunto de monumentos, entre outras coisas englobando a maneira de pensar, agir e sentir da humanidade, pois o objeto com valor de bem patrimonial guarda em si a representação de uma determinada época, comunidade ou mesmo de um determinado modismo. Portanto, além dos objetos palpáveis, advindos das expressões socioculturais humanas, existem aspectos não edificáveis, como: hábitos, costumes, vestiários, etc. Todavia, o conceito de patrimônio cultural engloba os bens materiais e imateriais, produtos da experiência humana que neles está encarnada ou não, e representam as diversas dimensões socioculturais de um universo sociocultural de um povo (Choay, 2001).

O cerne deste estudo foi o Patrimônio Edificado no Bairro do Recife, com as praças, ruas, igrejas e casarões centenários, buscando estudá-los a partir das políticas de preservação adotadas para a recuperação e uso, encarando o casario como parte integrante de uma época importante e que deve ser preservada de forma responsável para as gerações futuras, incentivando-as a encará-lo como parte integrante de uma maneira de pensar e representar o mundo e o passado. Segundo a Professora Silvia Cortêz Silva, que certa vez citou: “Um povo que não preserva o seu passado, é um povo sem memória”, afirmação concatenada com o posicionamento crítico deste estudo.

Recortamos como período de início do estudo a década de 1980, e, na figura 4 se tem uma vista parcial do Recife nesse período, quando surgiram e foram efetivadas as primeiras propostas concretas referentes ao processo de revitalização física e revigoração sociocultural do Bairro do Recife, decorrente das ações do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da Fundação pró-memória (Barros, 1995; Rezende, 1995; Rezende, 1997).



Figura 4 – Cartão postal do Recife nos anos 1980⁴

A parte posterior do nosso recorte temporal foi 1997, quando diversos procedimentos de reestruturação do Bairro do Recife, formaram um vetor impregnado de consenso no que se refere as políticas de preservação com influências diversas, mas se complementando.

Foram ainda retomados conceitos e teorias sobre a Memória e o Patrimônio. Ainda incluindo a discussão sobre a cidade, como um espaço de memórias e realização das expressões socioculturais; isto é, buscando a compreender o conceito de cidade histórica e as diversas narrativas existentes em um universo social, pois a noção de patrimônio e as diversas narrativas são vinculadas a noção de patrimônio com as expressões socioculturais e as memórias (Le Goff, 1996).

No âmbito seguinte, de forma mais significativa, sequenciamos os métodos utilizados na tentativa de preservação da herança sociocultural; localizando as principais discussões no cenário nacional onde foi possível compreender as

⁴Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/po9ZwU897cU/hqdefault.jpg>. Acesso em: 12 set. 2023.

características principais dos programas de preservação do patrimônio nacional empreendidas pelo IPHAN.

O Bairro do Recife sofreu ao longo do tempo modificações que causaram a demolição de prédios, como exemplo cita-se o Arco da Conceição (figura 5) que foi demolido no início do século XX. Nessa época no nosso país não havia a conscientização de preservação de prédios, testemunhos da nossa história. Os administradores da época demoliram essas joias históricas para expansão do porto, abertura de avenidas largas segundo os padrões da modernidade vigente.



Figura 5 – Arco da Conceição⁵

Segundo o contexto de projeto de modernidade corrente que tinha como parâmetros a modernização do porto e abertura de grandes avenidas, visando o escoamento de matéria prima (açúcar demerara, agave, algodão e melaço) para exportação, promoveram-se as demolições de casarios (memórias do crescimento da cidade por séculos) no Bairro do Recife, conforme apresentado pela figura 6 e a construção do cais do porto na figura 7. Com essas

⁵Fonte: [https://scontent.frec51.fna.fbcdn.net/v/](https://scontent.frec51.fna.fbcdn.net/v/t1.64359/130035947_2983728638434333_2857638272753624764_n.jpg?_nc_cat=108&ccb=17&_nc_sid=dd63ad&_nc_ohc=clxU9digUykAX83ICmP&_nc_ht=scontent.frec51.fna&oh=00_AfA5jJ0SvZDRWlet6duhBTa7VnWlztBbBVvYOOe0NgXsAQ&oe=6574E665)

[t1.64359/130035947_2983728638434333_2857638272753624764_n.jpg?](https://scontent.frec51.fna.fbcdn.net/v/t1.64359/130035947_2983728638434333_2857638272753624764_n.jpg?_nc_cat=108&ccb=17&_nc_sid=dd63ad&_nc_ohc=clxU9digUykAX83ICmP&_nc_ht=scontent.frec51.fna&oh=00_AfA5jJ0SvZDRWlet6duhBTa7VnWlztBbBVvYOOe0NgXsAQ&oe=6574E665)

[_nc_cat=108&ccb=17&_nc_sid=dd63ad&_nc_ohc=clxU9digUykAX83ICmP&_nc_ht=scontent.frec51.fna&oh=00_AfA5jJ0SvZDRWlet6duhBTa7VnWlztBbBVvYOOe0NgXsAQ&oe=6574E665](https://scontent.frec51.fna.fbcdn.net/v/t1.64359/130035947_2983728638434333_2857638272753624764_n.jpg?_nc_cat=108&ccb=17&_nc_sid=dd63ad&_nc_ohc=clxU9digUykAX83ICmP&_nc_ht=scontent.frec51.fna&oh=00_AfA5jJ0SvZDRWlet6duhBTa7VnWlztBbBVvYOOe0NgXsAQ&oe=6574E665). Acesso em: 18 dez. 2023.

transformações parte da nossa história foi apagada para sempre em nome do progresso.



Figura 6 – Demolições no Bairro do Recife no início do Séc. XX.⁶



Figura 7 – Construção do cais do porto no Bairro do Recife⁷

Com a ampliação do cais, surgiram as avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda. Na avenida Marquês de Olinda instalaram-se os bancos, tornando-se o centro financeiro da cidade. E na avenida Rio Branco localizou-se a Associação dos Fornecedores de Cana, diversos escritórios de profissionais liberais e a Bolsa de Valores e a Associação Comercial do Estado de Pernambuco.

Na figura 8 tem-se parte da planta da cidade de Recife, podendo-se observar a pequena ilha (Ilha do Recife) onde está situado o Bairro do Recife com o seu porto.

⁶ Fonte: <http://revista.algomas.com/wp-content/uploads/2021/02/bairro-do-recife-1913c-300x158.png>. Acesso em 31 jan. 2024.

⁷ Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/04/65/3c/04653cf9bf418662de60d562788956e4.jpg>. Acesso em: 01 jan. 2024.



Figura 8 – Planta parcial da Cidade do Recife⁸

O Bairro do Recife como o ponto de convergência das atenções, apresentando um histórico da cidade para explicar a formação do Centro Histórico e conhecer como o casario foi edificado e como obteve a importância simbólica, atualmente ostentando para os vanguardistas de ideias românticas, em um nascituro Estado Pós-Moderno. Lado a lado com a apresentação e interpretação das políticas de preservação do Recife Antigo, enfocadas quando analisamos as situações ocorridas através de cortes temporais.

O local onde o acesso proporcionou o norteamento de nossa pesquisa foi o Escritório Técnico do Bairro do Recife, administrado pela DPPC (Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural), por sua vez integrando a Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN) respondendo pelo patrimônio material e imaterial do Recife. Desse modo possibilitando o acesso aos planos, programas e projetos de preservação da época, nas várias instâncias legislando sobre o Patrimônio Edificado da Rua do Bom Jesus e adjacências. Os documentos consultados contribuíram para uma visão efetiva das ações concretizadas. A legislação pertinente ao tema, também foi analisada, ou seja, decretos-lei, legislações específicas de preservação e outros tipos de amparos legais onde apoiem-se as políticas de preservação avaliadas, e amparam as ações socioculturais e os respectivos órgãos responsáveis.

⁸Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/96/58/e0/9658e090e9d8b87d87bdbde799f53656.jpg>. Acesso em: 23 jan. 2024

CAPÍTULO I

AS MEMÓRIAS, O PATRIMÔNIO E A CIDADE

A memória, Segundo LE GOFF (1996, p.423) “é o conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Com o advento da Modernidade, quando a sociedade passou a experimentar o desaparecimento dos mitos e questionamentos as tradições; provocando crises de identidades originando a criação dos chamados “lugares de memórias”, em contraposição ao medo do esquecimento do patrimônio sociocultural; no qual estão incluídos os monumentos edificadas.

Mas, para a História a memória não é simplesmente antropológica, faz parte do contexto das manifestações sociais. Enquanto o conceito de patrimônio considerando os preceitos elegendo um conjunto de coisas ao “*hall* de preservação”. Vinculado diretamente à figura do monumento com origens nas ideias de perpetuação das memórias de acontecimentos que deverão ser preservados pela importância para determinada coletividade, após uma confrontação de interesses definindo as diretrizes histórico-sociais determinando o que é digno de ser preservado (Lemos, 1987).

Existe todo um processo a ser seguido no caminho de legitimação dos monumentos pelas diversas camadas da pirâmide social, considerando os próprios referenciais de valoração, transformando a memória-coletiva em patrimônio, e consagrado como com o ato de tombamento. A superação das diversas políticas por uma que se situa no ápice da escala de valores, impulsionando o processo seletivo no momento de escolha dos objetos significativos para a memória coletiva.

Ocorrendo, não raras as vezes, a escolha dos lugares-memória representando as ideologias das classes dominantes, pois o poder encarnado no patrimônio possui volatilidade proporcional aos grupos sociais envolvidos na contenda. Demonstrando de forma contundente a relatividade do estado como força única nas origens do processo de determinação e seleção da representatividade das situações, históricas, que independentemente da história oficial, podem ser contestados com uma releitura do passado, numa busca de

compatibilidade patrimônio-memória coletiva, legitimando ou não as reivindicações de uma determinada comunidade.

O patrimônio edificado (casarões, monumentos, edifícios públicos, etc.) estão sujeitos a dois tipos de malefícios: o primeiro ocasionado pelo intemperismo, a ação da Natureza, o desgaste natural provocado pela ação climática, dificultando a resistência estrutural do patrimônio edificado, como testemunho do tempo. O segundo tipo de ameaça está encarnado na ação humana: as depredações de todos os gêneros, a poluição e as transformações provocadas por políticas impregnadas pelo sonho da modernização, cujo sentido de preservar materializa-se no conceito ambíguo de refazer.

Destarte, partimos das ideias que políticas de preservação são influenciadas pela ânsia de proteger o bem dos fatores destrutivos, formando duas vertentes sob as quais podem recair as políticas de preservação do patrimônio sociocultural edificado: a primeira diretamente relacionada com o bem móvel do estado; e, a segunda diz respeito ao bem móvel particular. Sobre este último recaindo uma série de fatores dificultadores refletindo o relacionamento entre o processo da chamada perpetuação das memórias e o qualitativo de valoração oriundo do mercado imobiliário, gerando medidas contrárias aos agentes especuladores, pois além do imóvel, um entorno de até 300 metros é atingido.

O imóvel, após um processo de seleção lhe atribuindo uma importância simbólica, sendo inscrito no livro de tombamento da circunscrição sob cuja responsabilidade está sujeito e cuja ideia de perpetuação está qualificado. Após o ato de tombamento, o âmago e a fachada do bem não mais terão modificações. Respeitando os anseios daqueles/as defendendo o nascimento dos “lugares-memória”, diretamente vinculado a vitalidade dos grupos sociais e a participações em perpetuar informações passadas: sobre uma maneira de construir e viver.

A cidade é uma força social resultante da dinâmica da humanidade gerando uma identificação coletiva em uma área sujeita a convergência de sentimentos de pertinência, respaldados na comunhão de valores (crenças, focos de expressões socioculturais, etc.) formando as expressões socioculturais nativa recheada de reminiscências dos habitantes. Reforçando a singularidade de cada cidade, com símbolos variando no tempo, denotando as peculiaridades incutidas em cada rua, praça, monumentos representando as práticas sociais e a vida

cotidiana de moradores; desvelando o passado de um povo e os aspectos constitutivos, ou seja, as expressões socioculturais predominantes, as atividades econômicas e as manifestações artísticas (pintura, literatura, música, e etc.) (Benevolo, 1999)

A construção, sendo proveniente de relações sociais, está diretamente relacionada as diversas ações das entidades públicas e privadas que lhe confere uma dinâmica de transformação que se apresentam numa série de valores, dando origem a uma construção simbólica, uma forma de representação, que permeia a ideia de que em uma cidade, a identificação ou não dos indivíduos com a mesma acontece quando esta se enxerga na representatividade inserida na cidade (Bordieu, 1990).

A cidade, de uma dinâmica peculiar, primeiramente sob o ponto de vista tempo *versus* espaço, cresceu em um território historicamente definido. A consideração de uma cidade, no todo como histórica, ou mesmo, somente parte dela, provém de uma atribuição de valores de acordo com o estudo de formas e conteúdos determinantes em uma categoria de análise a ser firmada. Partindo do presente para avaliar as reminiscências na construção do passado, pois as mesmas irão determinar o valor histórico, determinando ainda se o conteúdo é relevante para o estado e será o que determinará o valor histórico (Choy, 2001).

A pluralidade encontrada em qualquer cidade reflete a classificação ou não como histórica. Pois, o desenhar de sua trajetória deixa um rastro de significados perceptíveis, tanto para os/as nela residindo como para quem tenta elucidá-la em uma primeira tentativa.

O conteúdo histórico de uma cidade é relevante para a humanidade, para o país ou para o Estado. Significando dizer que é um legado de conhecimentos e de experiências para o futuro, ressaltando a necessidade da preservação mediante valores fundamentais perceptíveis, tanto para aqueles/as residindo como para tentar buscá-los por meio de um estudo da dinâmica de sua existência, sob uma perspectiva temporal e uma existência espacial (Mumford, 1998).

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS

A preservação do patrimônio cultural (sociocultural) é mais frequentemente simbolizada no que se refere a defesa da parte edificada. Os povos por meio das expressões socioculturais, sempre manifestaram o desejo de preservar os patrimônios, os monumentos relacionados com os considerados grandes acontecimentos, mais comumente aqueles sob a ótica das elites dominantes; e até mesmo buscando, em algumas, apropriassem das memórias de outros povos como um demonstrativo do poderio econômico e imperialista e referencial da dominante em determinado tempo e local.

Com o advento do século XX, o conceito de preservação e das políticas de preservação do patrimônio histórico adquiriram uma conotação mais forte, com a distância entre o tempo presente e o tempo passado, formando um vazio cuja causa maior foi o progresso do Capitalismo (Canclini, 1987).

Em 1972, as Nações Unidas, na reunião em Paris considerou a importância da igualdade de preservação: do patrimônio cultural e do patrimônio natural (riqueza natural) (UNESCO, 1972); no mesmo ano, foi aprovada pela UNESCO, a convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural e humano, assinada pela maioria dos países, que se comprometeram com a preservação dos patrimônios da humanidade. A partir da convenção supracitada, um total de 21 países originaram o comitê do patrimônio mundial tendo como função identificar e propor lugares de interesses natural e cultural, com o objetivo de serem preservados como patrimônio da humanidade e estimular a sociedade na parcela de participação na conservação dos bens; almejando com isso angariar recursos para a preservação, valorização assim obras ímpares na arquitetura e no paisagismo, reflexos de uma expressão sociocultural e de uma época.

O processo de preservação vem acompanhado de responsabilidade de inserir os imóveis tombados em uma situação econômica atual primando conciliar a função social com os interesses particulares, buscando captar a realidade na qual o bem-estar inserido para melhor aproveitar o potencial.

a) Políticas federais de preservação

A política de preservação do patrimônio confunde-se com a existência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), durante a década de 30 (no século XX), quando foram iniciadas no Brasil as políticas relativas a preservação de bens de importância sociocultural, para proteger aspectos das chamadas culturas popular e erudita, reflexo do programa de linhas modernistas com o objetivo de construir uma identidade nacional (Brasil, 1940; SPHAN, 1980). Esse projeto de expressão nitidamente moderno, foi forjado sob a égide de intelectuais elaborando o conceito de patrimônio e que serviu de modelo para o SPHAN quando da proteção do patrimônio edificado e obras de arte históricas.

A questão do patrimônio histórico teve o grande impulso em 1934, quando a Constituição Federal enfatizou o princípio social da propriedade, possibilitando a criação de um sistema legislativo para a proteção do bem sociocultural de interesse para a preservação da memória. A princípio, as políticas de preservação não consideraram as questões urbanísticas, isto é, o plano urbano da cidade, mas apenas os locais a serem preservados de forma isolados, ao contrário das políticas atuais, nas quais existe uma preocupação da cidade como um todo (patrimônio).

A criação do SPHAN teve a programática ideológica, diretamente relacionada com o momento político vigente (Estado Novo) e com o movimento sociocultural mais expressivo: o Movimento Modernista. A lei promulgada (Decreto Lei nº 25 de 1937) restringiu-se a proteger apenas aqueles de “interesse público”. Nessa época predominava abertamente uma mentalidade de modernização, tardia e induzida. A construção de um “Brasil Novo” implicava também na construção de um projeto sociocultural para a nação fundamentando a construção de uma suposta identidade nacional.

O projeto brasileiro no que se refere a proteção cultural, estendia-se também aos monumentos naturais (artigo 1º do 2º parágrafo do Decreto Lei nº 25 de 1937), em uma preocupação com relação a estética maior que o histórico e urbanístico. Resultando no tombamento de algumas cidades entre 1938 e 1939, transformadas em cidades-monumentos: Mariana, Diamantina, Congonhas e São João Del Rey, todas em Minas Gerais. Representando retrospectivamente um período de prosperidade inertes da dinâmica social e econômica na época do tombamento, asseverando a visão modernista do Estado Novo.

Privilegiando a preservação do patrimônio edificado somente de um seguimento da sociedade, o da classe dominante dos séculos XVII e XVIII, período da dominação portuguesa, excluindo os indígenas, negros e demais imigrantes. Havendo uma marca classista nas políticas de preservação, pois a priorização do que deveria ser preservado e representativo da memória nacional, ostentando a nítida inclinação para as vontades dos intelectuais que a idealizaram.

O SPHAN assumindo a feição de uma agência política cultural, empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados de valor estético significativo para uma história de formas e os estilos da classe dirigente brasileira. O Brasil, assim como a maioria dos países latino-americanos, estava distante das discussões no restante do mundo em relação à política de preservação, sobretudo, no que se referia aos centros históricos. O SPHAN mantinha o monopólio das ações de preservação no país sem buscar fora do âmbito governamental parceiros ou ideias que viessem a lhe somar.

Após a “queda de Getúlio Vargas” em 1945, o SPHAN foi elevado à categoria de diretoria, e recebeu a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Essa fase se estendeu por cerca de 30 anos, até a Ditadura Civil-Militar. A segunda fase das políticas de preservação iniciou em 1967 e prolongada até o final da década de 1970, sob a administração de Renato Soeiro que transformou a então diretoria em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesta nova fase a linha de atuação estava mais voltada para a preservação de conjuntos, além de haver uma avaliação mais cuidadosa dos monumentos, como uma questão, até então, praticamente desconsiderada no Brasil: o potencial turístico dos centros históricos; renovando desta maneira as diretrizes do sistema econômico com as possibilidades de crescimento da receita oriunda do turismo cultural (Funaro, 2001).

O incentivo do turismo econômico teve origens, principalmente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), na busca de solucionar os problemas mais latentes das áreas mais pobres, haja visto, que com a preservação do patrimônio histórico surgia uma nova dinâmica econômica para transformações sociais nas áreas pobres.

Ainda, durante a Ditadura Civil-Militar, foi criada a Resolução nº94/70, do Tribunal de Contas da União (TCU), possibilitando aos municípios e Estados o uso da quinta parte do fundo de preservação através do convênio com o IPHAN. Também na década de setenta, surgiu o Programa de Cidades Históricas (PCH), inaugurando uma nova era nas relações entre proteção e revitalização do bem cultural no Brasil. Uma iniciativa do Ministério do Interior e da Indústria através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Ministério da Indústria e Comércio através da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR). Com a finalidade de obter uma imagem real da situação do patrimônio do Nordeste, visando a restauração do mesmo e a devolução para a sociedade de forma incrementada para o uso cotidiano (atividades socioeconômicas), buscando a geração de renda, oriunda do turismo cultural. Após o relativo sucesso do Nordeste, a partir de 1977, o projeto foi estendido à região Centro-Sul, mas não obteve o mesmo êxito.

Durante os anos 1980, a ação do IPHAN foi direta, com uma ampla reforma administrativa, passando a chamar-se SPHAN/Pró-Memória (Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979), novamente centralizando os projetos de preservação e restauração, criando novas representações nos estados. Com o surgimento da Fundação Pró-Memória, incorporada pelo IPHAN e depois esta aglutinação originando o Ministério da Cultura. Este organograma perdurou até o Governo Collor, quando foi dissolvido, dando origem ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPS) permanecendo até 1995, quando ocorreu o retorno da sigla IPHAN atuando ao lado do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o órgão de captação de recursos da iniciativa privada e empresas estatais.

b) Políticas estaduais de preservação

No final da década de 1980, o Governo do Estado de Pernambuco elaborou uma série de ações para dinamizar a economia do estado, dentre as quais o crescimento do setor turístico, e neste contexto em 1992 foi realizado o plano de revitalização do bairro do Recife, uma das propostas para compor o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR) (LACERDA, 2007). Gerenciado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foi através da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado (AD/DIPER), que o governo de Pernambuco consolidou a participação da esfera estadual de forma incisiva e

direta no processo de revitalização dos centros históricos, com o plano de incorporar à economia e o desenho urbano à prática do planejamento urbano. O governo do estado implantou um planejamento bastante amplo, para uma nova dinâmica ao complexo patrimonial, propondo e pondo em prática os fundamentos primários dos polos de convergência: Bom Jesus, Cais da Alfândega, Pilar e Rua do Apolo.

O grande desafio desse plano foi induzir o setor privado a investir no Bairro do Recife, e para tanto, foram definidas duas estratégias, sendo a primeira a concentração dos esforços iniciais em uma única área; e, a segunda em persuadir o setor privado a acreditar no potencial econômico do bairro, com o objetivo de cooptar recursos para investimentos, concatenada com a área a ser restaurada e preservada. Portanto, a concentração de esforços ocorreu, prioritariamente, no Polo do Bom Jesus que se configurou um êxito até o final da década de 1990, ao contrário do polo Pilar, cuja comunidade apresentava, e ainda apresenta, baixíssimos índices de inclusão social que levou contemporaneamente o governo municipal a estabelecer em 2002 um novo projeto, possibilitando a permanência da população local (habitantes da então denominada “Favela dos ratos”) na localidade do Pilar onde viabilizavam a sobrevivência, o que se contrapôs ao plano original de relocação da mesma para outra área (Lei nº16.290/97).

A partir de meados dos anos 1990, o estado de Pernambuco invocou para si a condição de ator no contexto da globalização emergente no Brasil, e neste âmbito surgiu em conjunto com as propostas de revitalização dos centros históricos, a lógica econômica da construção de nichos de mercado para os centros urbanos, aonde o foco econômico predominava e ainda predomina, ocasionando uma descaracterização dos espaços socioculturais.

Em 2006, a Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) do Governo do Estado de Pernambuco, lançou o projeto Porto Digital⁹ Empreendimentos e Ambiente Tecnológico. No começo do século XXI, a globalização ocorria a nível global e o Estado de Pernambuco com a cidade do Recife, estavam inseridos no processo, mais especificamente as propostas de revitalização do centro histórico do Bairro do Recife, com foco maior no acervo da Rua do Bom Jesus, seguindo às prerrogativas internacionais cujos valores de

⁹Ver <https://www.portodigital.org/paginas-institucionais/o-porto-digital/historia> Acesso em: 21 jul. 2023

mercado se sobressaiam ao valor histórico que cada espaço tem segundo o setor de bens e serviços. Com isso, foi mudado o contexto da centralidade do centro histórico, resultando no conflito entre centralidade histórica e centralidade urbana, com a mudança de espaço de encontros para lugares de trânsito e fluxos, onde ocorre uma maior valorização da mobilidade da população, de informações e de recursos (Lacerda, 2007, p.632, *apud* Carrión, 2001, p.31).

O projeto Porto Digital fez com que o governo Estadual se empenhasse na criação de infraestrutura para implantação e locação de 68 instituições com o foco no desenvolvimento de *software*, projetos de TCI e serviços especializados cujas missões eram elevar o *status* do estado no âmbito da tecnologia digital e da informação, porque para tanto foram recuperados diversos imóveis para alocar e implantar esse *campus* tecnológico.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO RECIFE ANTIGO

Na cidade do Recife no século XIX, o modernismo ditava o modelo de traçado marcado pela repetida vinculação entre ruas, largos e monumentos religiosos; mas a revolução industrial na Inglaterra e o livre comércio provocaram mudanças físicas na cidade e no Bairro do Recife. A expansão em fins do século XIX se refletiu na necessidade de melhorias do Porto, na construção do Teatro Apolo e na Torre do Observatório, atualmente denominada Torre Malakoff (Figura 8).



Figura 8 – Torre Malakoff¹⁰

No século XIX quando ocorreu a construção da torre Malakoff, foram reaproveitados materiais do Forte do Bom Jesus que havia sido demolido. O objetivo da torre foi ser um observatório astronômico da Marinha do Brasil, como também portão do Arsenal da Marinha. Hoje ela é tombada pela FUNDARPE e no ano de 2000 foi transformada em espaço cultural.

No decorrer de 1976, sob a responsabilidade e coordenação da Fundação Para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), foi elaborado o plano de preservação, no padrão autossustentável, da Região Metropolitana do Recife tendo como objetivo principal uma ação integralizadora dos sítios históricos com o turismo cultural e os polos de concentração com características cumulativas como resposta a questão do isolacionismo e uso restrito improdutivo e a perspectiva valorizada diante da solicitude do mercado imobiliário (Lacerda, 2007).

¹⁰ Fonte: <https://visit.recife.br/wp-content/uploads/2017/10/arte-destaque-torre-malakoff.jpg>. Acesso em: 08 nov. 2023.

Essas investidas institucionais buscaram incluir os sítios históricos numa dinâmica da ideia de desenvolvimento e não de excluí-los de um novo tipo de parceria entre os órgãos governamentais e a iniciativa privada empreendedora. O resultado com a adoção dessa linha de ação foi a criação de um grande cadastro, fazendo parte 109 sítios históricos, urbanos e rurais (Região Metropolitana do Recife) – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Os nove municípios da RMR enquadrados neste plano participaram no trabalho, a partir do estabelecimento das metas gerais na implementação de projetos específicos de preservação de cada um dos sítios históricos identificados.

Em 1979, a Prefeitura da Cidade do Recife realizou uma mudança substancial na legislação de uso e ocupação do solo da cidade, com a Lei nº14.511/83 e incorporou ao organograma a Lei nº13.957/79. A partir desta Lei, o Prefeito pode declarar a instituição de 31 sítios históricos de preservação e as zonas de proteção.

E em 1986 o processo de preservação estava em plena evolução, com o deslocamento para o Centro do Recife, uma equipe técnica multidisciplinar conduzindo o plano de reabilitação do centro expandido englobando os bairros: Santo Antônio, Santo Amaro, São José, Boa Vista e o bairro do Recife Antigo.

Após os estudos iniciais realizados em 1987 por profissionais de diversas áreas vinculadas a Prefeitura da Cidade do Recife, foi iniciado de forma concreta, o plano de reabilitação do Bairro do Recife, com conotação específica à Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus. Nesta ocasião, a área edificada no Recife Antigo no total com o percentual de 30% do espaço útil ocupado de forma efetiva; ocorrendo nesta mesma época a instalação do Escritório Técnico do Bairro do Recife, localizado na Rua do Bom Jesus, tendo como objetivo inicial a recuperação dos espaços desocupados, atribuindo-lhes uma nova dinâmica com as reestruturações e participação no processo de revitalização do bairro.

O ano de 1993 será o marco temporal do início de um projeto arrojado concentrando forças de trabalho na Rua do Bom Jesus e circunvizinhanças (Rua da Guia, Praça do Arsenal, Avenida Alfredo Lisboa, etc.), formando o conjunto arquitetônico mais antigo da cidade, remontando do século XVII a formação do casario mais simbólico, com um traçado urbano único dominando todo o Bairro do Recife.

O Projeto “Cores da Cidade” em parceria com as tintas Ypiranga e a Fundação Roberto Marinho (Zancheti; Lacerda, 1999), promoveu a recuperação estrutural e as pinturas das fachadas dos prédios, meio de um conjunto heterogêneo de cores formando um caleidoscópio realçando os ricos detalhes das fachadas de arquiteturas das mais variadas compondo a Rua do Bom Jesus, estendendo-se de forma paralela às quatro ruas no entorno abarcando o Polo Bom Jesus um plano combinando a gastronomia e o lazer.

O passo seguinte da revitalização concentrou-se de forma efetiva na criação de incentivos fiscais, elaboração e aprovação de plano específico de revitalização de comum acordo com a Lei Orgânica do Município, com o plano diretor da cidade, principalmente, e a definição de um modelo de gestão proporcionando a ideia de um desenvolvimento local com bases sustentáveis.

A Prefeitura do Recife, através da Lei nº16.209/97, tratando do Plano Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 – Sítio Histórico do Bairro do Recife, definiu três setores em função de características especiais, compreendendo o setor de intervenção controlada, o setor de consolidação urbana e o setor de renovação. Foram ainda definidos cinco polos de interesse, unidades de caráter temporário, possibilitando planos estratégicos e específicos. São: o Polo Bom Jesus, o Polo Alfândega, o Polo Pilar, o Polo Arrecifes e o Polo Fluvial. Nessa dinâmica de assistência contínua ao centro histórico, foram orçamentadas às diversas ações a serem implantadas, das quais decorreriam um vetor orientador de um chamado desenvolvimento autossustentável, cujo processo de revitalização com o apoio da opinião pública e o empresariado que têm investido na área com novos empreendimentos.

No Bairro do Recife, entre as ruas que o compõem, cita-se a Rua do Bom Jesus (figura 9) que é uma das ruas mais antigas de nossa cidade, sendo também denominada de Rua do Bode e Rua dos Judeus, entre outros nomes. Nessa rua, uma das mais belas do Recife, em cujas construções guarda histórias da evolução de uma sociedade, com seus momentos festivos e gloriosos como também tristes e decadentes, teve a revelação para a humanidade de ter sido o local onde foi construída a primeira sinagoga das Américas, Sinagoga Kahal Zur Israel cujo prédio pode-se ver na figura 10. Aqui estiveram pessoas que por serem judias, viviam em busca de um local de paz onde pudessem viver e

prosperar; onde não fossem perseguidas, insultadas, agredidas e/ou mortas. Elas queriam criar um novo lar nessa nova terra denominada Brasil.



Figura 9 – Vista parcial da Rua do Bom Jesus¹¹



Figura 10 – Primeira Sinagoga das Américas¹²

¹¹Fonte: <https://www.visiteobrasil.com.br/galerias//133-043533-rua-do-bom-jesus-antiga-rua-dos-judeus-hugo-aciolygr.jpg>. Acesso em: 17 dez. 2023

¹²Fonte: https://imgsapp2.correiobraziliense.com.br/app/noticia_127983242361/2015/08/17/494900/20150816232132205442u.jpg. Acesso em: 04 jan. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de preservação no Bairro do Recife, no período estudado, restringiram-se aos três polos de ação: o Polo Alfândega, o Polo Bom Jesus e o Polo Pilar. As preservações foram a maior parte direcionadas ao Polo Bom Jesus, mas pela centralidade e por abrigar a rua mais antiga na cidade para uma intervenção exemplar em termos de restauro arquitetônico, com desapropriação dos cinco imóveis mais deteriorados, as casas 163, 171, 227, 245, 207; além do imóvel aonde se revelou a localização da primeira sinagoga das Américas (Kahal-Zur Israel).

Todo este projeto vem sendo na gestão atual e foi influenciado pela ideologia da Prefeitura da Cidade do Recife (gestão Jarbas Vasconcelos), e do SPHAN. Paralelamente, estudos vêm sendo realizados no Polo Pilar, considerado área de renovação urbana, com objetivo de incentivar o uso para habitação. (Lacerda, 2007).

O processo de revitalização iniciado efetivamente em 1987 buscando recuperar os “espaços vazios”, despreza aspectos fundamentais, quer seja para o governo e o empreendimento econômico pregando, ou seja, privaram a comunidade nos processos de decisão e implementação das políticas públicas. Houve uma higienização social com a exclusão da população de baixa renda dos benefícios socioeconômicos advindos das áreas restauradas.

As políticas urbanas implantadas a partir do começo no século XX, bem como em Recife, Salvador e outras capitais do Brasil, tinham como referência o modelo perfilhado pela gestão contemporânea na Capital Federal (Rio de Janeiro) que adotou um vetor agressivo, no que diz respeito a reformulação dos espaços urbanos, então ocupados por imóveis antigos, ditos como “engelhadados ou arcaicos” que estavam na contramão do progresso de um estado recém republicano, predominantemente agrário e exportador de matéria prima que usou mão das desapropriações e das demolições do patrimônio construído e modificação da paisagem que favoreceu o plano de saneamento para o Recife de acordo com o pensamento higienista da época, além dos benefícios usufruídos pelo comércio importador e exportador, finanças, polo bancário, transporte ferroviário, marítimo e comunicações. A modernização da região portuária beneficiou, principalmente a exportação de insumos em favor de uma classe

privilegiada que tinha no projeto modernista de intervenção no traçado urbano, no período conturbado do final da Primeira República, fazendo uso das desapropriações e demolições para construção de uma cidade moderna.

As obras de reformas e modernização (demolições do Bairro do Recife) adotado pelos governantes do início do século XX no Recife, tiveram início 1911 com a abertura da avenida do porto (Alfredo Lisboa) que implicou na demolição de uma série de prédios (Associação Comercial de Pernambuco, Arco da Conceição, igreja do Corpo Santo e inúmeras casas e armazéns) como também ruas e ruelas que foram alargadas para abertura das avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco. Durante as obras de modernização construiu-se a Ponte Giratória que fazia a ligação desse espaço com o bairro de São José. No total foram desapropriados para demolição 480 imóveis com a expulsão de 5.000 moradores entre 1910 e 1911.

Todo esse processo de higienização social foi instituído de forma autocrática, beneficiando os grandes proprietários de imóveis com a valorização do metro quadrado, e, principalmente a melhoria da exportação de commodities primárias (açúcar, algodão entre outras). Esses “ventos do progresso” foram denominados por cronistas da época: Mário Sette escreveu: “pouco a pouco desaparecia aos olhos, não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado...poucos falariam ainda desse burgo onde o Recife nascera... tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim.” (Bento, E, 2023). As obras finalizaram-se em 1926, após as quais o Bairro entraria em um lento processo de degradação quando da década de 1940, o bairro virou centro de prostituição (baixo meretrício da cidade). Quando da revitalização iniciada nos anos 1990, as reformas trariam a reboque, novamente, os modelos implantados em outras capitais sob a orientação do IPHAN concatenada com os governos locais e ambos sintonizados com a nascente globalização que viria a dar ao bairro uma nova perspectiva, promovendo a visão da citymarketing e que gestaria nos anos a seguir o placemarketing: Porto Digital.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo. Perspectiva, 1999.

BENTO, E. **A Reforma que mudou o Recife Antigo**. Jornal de Economia Digital. <https://jornal.digital.br/2023/05/19/a-reforma-que-mudou-o-recife-antigo/>. Acesso em: 29 fev. 2024

BORDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 149-168.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.809 de 23 de novembro de 1940**. Que dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

BRASIL. **Lei municipal nº 16.290/97**. Que aprova o plano de revitalização da zona especial do Patrimônio Histórico–Cultural ZEPH 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife.

BRASIL. **Lei municipal nº 14.511/83**. Define diretrizes para uso e ocupação do solo, e dá outras diretrizes.

BRASIL. **Lei nº 13.957/79**. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifício isolados ou históricos, cujas expressões arquitetônicas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências.

CANCILINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, C. O imaginário e a criação no domínio do social-histórico. In: **As encruzilhadas de labirinto/2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**, São Paulo-SP, Ed UNESP, 2001.

FONSECA, M.C.L. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. Contexto: São Paulo, 2003.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 22, Rio de Janeiro, 1987.

LACERDA, N. Intervenções no Bairro do Recife e no seu Entorno. **Sociedade e Estado**, v.22, nº 3, p. 621-646, set/dez, 2007.

CARRIÓN, F. Centro histórico: relación social, globalización y mitos. In: POSSO, A.M.C. (Comp.). **Políticas y gestión para la sostenibilidad del patrimonio**. Bogotá: CEJA, p.25-53, 2001.

LACERDA, N. Intervenções no Bairro do Recife e no seu Entorno. **Sociedade e Estado**, v.22, nº 3, p. 621-646, set/dez, 2007.

LE MOS, C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1988.

MUMFORD, L. **A cidade na História**: sus origens, suas transformações, suas perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REGO BARROS, N. S. **Quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Massangana, 1992.

REZENDE, A.P. **(Des) encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, 1997.

REZENDE, A. P. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Fundarpe, 2005.

UNESCO, **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Paris-FR, 1972.

ZANCHETI, S.M. e LACERDA, N. A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: avaliação do caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 8-24, jan.-mar 1999